Publicado em 03/02/2022 - 14:35

Combate ao retrocesso nas cotas

Autor: Cida Bento

Lei poderá ser revista, e é preciso se manifestar pela manutenção das ações afirmativas

"...Quando a universidade pública abriu as portas e ampliou a diversidade, ela melhorou", diz Angélica Minhoto, que foi pró-reitora de graduação da Unifesp e participou de estudo realizado com seis universidades federais e com seis universidades particulares visando conhecer o impacto do sistema de cotas sobre a performance do alunado.

O estudo concluiu que, após a adoção das ações afirmativas, a maior parte das instituições "teve um ganho na nota média da prova de conhecimentos específicos", conforme o Relatório Técnico de 2021 do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência vinculado à Universidade Federal de São Paulo.

Outros estudos mostram que os ambientes universitários tornam-se mais democráticos, como estudo do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), de 2019, que aponta que a Lei de Cotas aumentou em 39% a presença de estudantes negros e indígenas vindos de escolas públicas, nas instituições federais, nos quatro primeiros anos do programa.

A despeito desses resultados positivos, alguns intelectuais vêm ressurgindo na grande mídia e, em suas manifestações, atacam as políticas que visam o combate ao racismo e a promoção da equidade racial, bem como atacam lideranças negras que se destacam nesse processo de luta por uma sociedade efetivamente democrática.

Vários deles assinaram um manifesto contra cotas, que teve mais de uma centena de assinaturas e foi publicado pela Folha em 30 de maio de 2006, no qual se destacaram argumentos como "almejamos um Brasil no qual ninguém seja discriminado, de forma positiva ou negativa, pela sua cor […]".

Mas não se registram manifestos desses intelectuais contra a ausência de negros e indígenas nas universidades. Eles demonstraram sua discordância quando esses espaços, antes monolíticos, começaram a se tornar mais plurais e a cara da universidade brasileira começou a ter um pouco a cara do Brasil.

Isso acontece justamente em 2022, quando a lei de cotas no ensino superior, sancionada em agosto de 2012, poderá ser revista e num período em que proliferam projetos nas duas Casas legislativas propondo mudanças na lei, fazendo com que os movimentos sociais se organizem para identificar e impedir as iniciativas que veiculem retrocessos.

Enfim, esse cenário me lembra um texto de Henry Giroux que argumenta que a expansão dos direitos das chamadas "minorias" na década de 1980, nos Estados Unidos, gerou forte reação e medo da perda de privilégios de alguns segmentos brancos da classe média que se sentiram alvo de um preconceito racial às avessas.

Esse sentimento de ameaça foi capitalizado pelo Partido Republicano, que passou a atacar agressivamente as políticas de ação afirmativa, propondo redução de gastos sociais e a destruição do Estado de bem-estar.

Isso ocorreu há 40 anos em outro país, mas parece estar acontecendo no Brasil de hoje.

Mas no Brasil de hoje crescem também outras manifestações, como as de organizações privadas que, após a morte de George Floyd, são pressionadas para que seus investimentos financeiros foquem organizações públicas, privadas e da sociedade civil que tomem medidas concretas para lidar com a injustiça racial e que fortaleçam organizações que lutam pela equidade.

Está aí uma oportunidade para que essas organizações, dentre elas a Folha, se manifestem publicamente pela manutenção das ações afirmativas e cotas e apoiem outro futuro para a juventude negra que não seja a violenta interrupção de suas vidas, como ocorreu com Moïse Kabagambe no quiosque Tropicália, na Barra da Tijuca, quando cinco "valentões" o espancaram selvagemente até a morte.

Copyright © Clipclap 2026.

Fonte: Folha de S. Paulo

https://ceert.org.br/noticias/direitos-humanos/44615/combate-ao-retrocesso-nas-cotas

Veículo: Online -> Site -> Site CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades

Copyright © Clipclap 2026.